

MARCOS, Valéria de; FABRINI, João Edmilson. OS CAMPONESES E A PRÁXIS DA PRODUÇÃO COLETIVA. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2010.

Mariele de Oliveira Silva¹

O livro *“Os camponeses e a práxis da produção coletiva”*, da autoria de Valeria de Marcos e João Edmilson Fabrini, dividido em duas partes: Marxismo, Anarquismo e a Construção da Práxis (Camponesa) Da Produção Coletiva e A Agricultura Camponesa e Coletiva/ Cooperativa em Cuba, evidenciam o papel do camponês como produtor de alimentos e sujeito social revolucionário no séc.XXI.

Sua estrutura baseia-se num esboço teórico acerca do debate histórico no interior do marxismo em relação às contradições existentes entre a práxis camponesa e a proposta de produção coletiva como alternativa para a construção de uma sociedade socialista. O anarquismo com suas formas de produção coletiva e comunitária, as muitas formas de uso comum da terra no Brasil, as diferentes práxis da produção coletiva no processo de luta dos camponeses. E por fim, às luzes dessas experiências, relatam a experiência da agricultura coletiva em Cuba, desde a primeira reforma agrária até os dias atuais, e as experiências coletivistas do MST.

Na primeira parte *“Marxismo, Anarquismo e a Construção da Práxis (Camponesa) da Produção Coletiva”*, os autores deixam claro que a Questão Agrária no marxismo possui um duplo olhar: um voltado mais para a análise das relações de

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Email: mosgeolice@gmail.com.

propriedades e de produção vigentes na agricultura, e o outro, direcionado para a análise da questão camponesa, em especial da sua estrutura social.

Segundo Marcos e Fabrini, diante da organização dos movimentos operários em partidos em 1864 (I Internacional), a questão camponesa e a questão agrária saíram do plano teórico para tornarem-se elementos constitutivos dos programas socialistas. Nesta ocasião houve uma grande polêmica, baseada nos valores humanos e sociais, de um lado os marxistas atacando a produção camponesa por sua baixa eficácia, e por outro lado, havia os proudhonianos e demais pensadores, que considerava ideal a forma de vida camponesa.

Após a Primeira Guerra Mundial, deu-se início um amplo debate sobre a socialização, na Europa, em especial na Alemanha e na Áustria. O primeiro deles foi decidir entre: realizar uma socialização global que aniquilasse todas as propriedades privadas, ou, por uma socialização parcial, que iniciasse em setores singulares e avançasse progressivamente. Porém este amplo debate atrelado à uma discussão geral, não foi passível de ser realizado, pois muito discutia e pouco concretizava, levando o socialismo ao colapso.

Outro ponto discutido foi o pensamento anarquista sobre a socialização da produção no campo, por entenderem que a revolução ocorreria através da expropriação integral de todos os bens que possibilitavam a quem quer que fosse explorar o trabalho do outrem. E a organização da sociedade daria por meio das comunas autogeridas (autossuficientes na diversificação da produção e numa prática agrícola voltada para as técnicas e os métodos de cultivo coletivo, tendo a terra como um patrimônio de todos). Propostas estas defendidas pelas duas

correntes da escola socialista, a coletiva representada por Bakunin, e a comunista, por Kropotkim.

Bakunin defendia que a organização do trabalho e da propriedade coletiva das associações produtoras, pertencente às comunas, deveria seguir caminhos livres, impedindo a quem quer que fosse explorar o trabalho de outrem, por sua vez, as cooperativas eram responsáveis pela emancipação do trabalho, tendo em vista a construção de uma sociedade baseada na igualdade e na justiça

Por outro lado, Kropotkim realçava a importância da produção de bens de primeira necessidade ao invés de bens de luxo, transformando as propriedades privadas em propriedades comuns, produzindo para satisfazer as necessidades dos trabalhadores e seu bem-estar, sem vender sua força de trabalho, ou seja, era a necessidade de consumir que definiria o que, como e quanto produzir. A organização territorial seria em comunas com um funcionamento, tanto político (abolindo qualquer forma de governo), quanto econômico (controle da produção e comercialização) universalizado entre si pela troca de mercadorias e de cultura.

As primeiras experiências marxistas de socialização da produção no campo russo foram caracterizadas por inúmeras revoltas camponesas, geradas pelo longo processo de escravidão, servidão, pobreza, e exploração vividas pela classe camponesa, fato este fez com que o governo realizasse um plano destinado a dismantelar a estrutura comunal tradicional existente na Rússia, optando por uma coletivização acelerada, integral e forçada dos campos, que deu origem a vários problemas difíceis de serem superados.

Outras experiências das cooperativas de produção coletivas, presentes até o momento no Campo Russo, difundiu-se após o termino da Segunda Guerra Mundial

e a conquista, por parte da União Soviética, em alguns países do Leste Europeu, realizando grandes transformações na sociedade.

Em relação às experiências anarquistas de socialização da produção, estas foram marcadas pelo longo percurso traçada por Giovanni Rossi, em fevereiro de 1890 a 1894, no momento em que decidiu partir para o Brasil com um grupo de italianos anarquista, em direção à Colônia de Cecília, em Palmeira (PR), para colocar em prática o princípio de liberdade, sem leis, sem propriedade privada, e o livre acesso de todos aos frutos da produção, pensamento este que levou tanto os camponeses, quanto as pessoas ligadas com a terra, e até aquelas pessoas que não possuíam nenhuma afinidade com as atividades agrícolas, a migrarem para a região de Cecília.

Porém esta prática desencadeou-se uma grande crise, comandada por um grupo de camponeses que não tinham nenhuma afinidade com o projeto de Rossi ou do anarquismo, resultando na organização da verdadeira comunidade anarquista, presente na Colônia de Cecília, até 1894.

Após este esboço teórico, os autores dão continuidade a sua produção, por meio do exemplo mais significativo de agricultura coletiva na América Latina: o caso cubano, e as cooperativas de produção do MST, baseados à luz das experiências cubanas.

No campo cubano as experiências com a agricultura coletiva, foram obtidas em meio a pressões sociais diversas, acerca do problema agrário nele instalado, que resultaram em algumas medidas políticas e leis diversas aprovadas no sentido de se realizar a Primeira Reforma Agrária socialista cubana, concretizada somente após a Revolução Socialista de 1959.

O principal intuito era eliminar a concentração de terras causada inicialmente pela criação de gado e cultivo de tabaco, e depois, pela produção de cana-de-açúcar, e o comércio de terras públicas e privadas, formando classes de proprietários rentistas cubanos e estadunidenses (comerciantes, funcionários e intermediários).

As terras arrecadadas, através da desapropriação dos latifundiários cubanos e a nacionalização das pertencentes a estrangeiros estadunidenses, foram divididas em três modalidades de propriedade: particular, cooperativa e estatal. As propriedades particulares (camponesa) representavam 30% do total, sendo os 70% restantes direcionadas para a exploração coletiva, realizadas pelas cooperativas coletivas e as *granjas del pueblo* (voltadas para exploração pública executada por trabalhadores assalariados e administrada pelo governo).

Sua intenção era modernizar a agricultura e colocar a produção camponesa de base familiar à margem do processo de desenvolvimento do campo, em prol da exploração coletiva da terra, das cooperativas, e das empresas estatais (esta deslocada de “Agricultura Coletiva Estatal”, para “Agricultura Coletiva Cooperativista”, após a crise econômica de 1962).

Diante das dificuldades enfrentadas pelos camponeses, e a aliança selada entre diversos segmentos dominantes, que formaram um setor contrarrevolucionário no campo que passou a promover boicotes na produção, ações armadas, propaganda contrária a Reforma Agrária, o Governo decidiu realizar em 1963, a Segunda Lei de Reforma Agrária, responsável por desapropriar, confiscar, nacionalizar as terras, abolindo a propriedade rural privada acima de 67 hectares,

eliminando a acumulação capitalista rentista (absoluta), aumentando o controle e domínio do Estado sobre as terras.

Decorrentes destas transformações

O campesinato foi se integrando ao setor estatal em vista do contexto de prioridade do governo às fazendas estatais. A partir da década de 1970, o Estado estimulou a formação de CPAs, cooperativas em que a terra, a organização, o trabalho e a gestão da produção são coletivos, e às quais muitos camponeses se incorporaram. (MARCOS, FABRINI, 2010, p.81)

Deste modo, verifica-se que entre os anos de 1959 até o início de 1990, a estrutura agrária cubana passa por profundas transformações: a eliminação do latifúndio privado, formação de um setor estatal/coletivo, modernização da agricultura, fortalecimento da classe operária rural, e fragilização consequentemente da agricultura camponesa, gerando um problema agrário estrutural, fortalecendo um setor “cooperativista/coletivo”, centralizado não necessariamente na posse de terra, mas no processo produtivo, no qual ela é adepta. Não obstante

As dificuldades de recriação dos camponeses nesse contexto indicam a existência de um problema agrário estrutural no campo cubano, uma questão agrária, não necessariamente centralizada na posse da terra, mas no processo produtivo. Portanto, embora não haja um problema de acesso à terra, em vista da realização da Reforma Agrária a partir de 1959, há um problema agrário, uma questão agrária em Cuba. (MARCOS, FABRINI, 2010, p.76)

Porém com a desintegração da URSS e a queda do conselho de Ajuda Mutua Econômica (Came)², abalando a aliança entre países socialista, e novas relações com o mercado capitalista, provocaram profundos impactos na agricultura cubana: escasseamento de recursos energéticos, insumos, alimentos, infraestrutura, máquinas, diminuição das exportações, regressão tecnológicas, queda da

² Formado por países do bloco socialista liderados pela URSS

produtividade e descapitalização, bloqueio estadunidense, que prejudicaram de forma significativa a capacidade produtiva e econômica de Cuba.

Para solucionar as dificuldades enfrentadas na agricultura, no ano de 1993, foi criada as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPCS), principalmente no setor canavieiro, fazendo com que os trabalhadores de antigas granjas estatais, tornassem “proprietários”. Dentre as produções canavieiras, encontravam-se a produção de gado bovino, café, cacau, cítricos, etc..., porém segundo González (2006, p. 58), estas atividades não apresentou resultados favoráveis, por não serem rentáveis.

Neste cenário, houve também a abertura do mercado livre agropecuário, em outubro de 1994, para resolver os problemas de desabastecimento de produtos de origem agropecuário. Desdobrou-se também como uma nova modalidade de produção o surgimento da agricultura urbana e periurbana, e conseqüentemente novos (re)arranjos nas empresas estatais. Recentemente houve alguns estímulos a produção familiar, com a entrega de terras para camponeses e trabalhadores em condições de explorá-las, voltados principalmente para produção de tabaco, café e alimentos.

Conforme Marcos e Fabrini, as transformações ocorridas a partir de 1990, verificou-se que a operacionalização das UBPCs e CPAs, não promoveu a passagem da agricultura estatal/coletiva para a agricultura camponesa de base familiar, mas para a cooperativa/coletiva. Tal confirmação baseia-se no fato de que 55% das terras ainda encontram-se sobre o poder do Estado, e que o restante, 45%

considerada não estatal, eram apropriadas e exploradas pelas UBPCs, CPAs, CCs³ e os camponeses dispersos.

Como havia dito anteriormente as UBPCs são unidades produtivas criadas em 1993, diante da crise açucareira resultante da desintegração da URSS e a transformação do Leste europeu, que possuem uma parte de sua área voltada para a produção de gêneros alimentícios que atendem a necessidades de seus trabalhadores, donos dos meios de produção, gestão e posse da terra, sendo sua comercialização, ora local, ora controlada pelo estado, sem a exploração bárbara do trabalho.

A partir do final da década de 1970, com a consolidação da produção de cana-de-açúcar nas fazendas estatais canavieiras, o Estado começou a reunir a população espalhada no campo. O fato importante a ser destacado neste contexto é que

As populações camponesas que exploravam um pedaço de terra foram estimuladas a vender a terra ao estado para serem reassentadas nos pequenos núcleos populacionais. As terras repassadas ao Estado foram incorporadas a uma fazenda estatal açucareira geralmente. Muitos camponeses dedicados á produção de cana-de-açúcar continuaram na atividade açucareira, agora na condição de uma empresa ou fazenda estatal [...] Esses trabalhadores trazem até os dias atuais fortes traços rurais e camponeses fazendo reproduzir seu modo de vida nos núcleos e pequenas cidades como é o caso da criação de aves e suínos na área urbana. (MARCOS, FABRINI, 2010, p.97)

Outro ponto considerável é que o socialismo implantado em Cuba segue um modelo de desenvolvimento semelhante a um “agronegócio” cooperativo/coletivo, e

³ UBPCs: Unidades Básicas de Produção Cooperativa
CPAs: Cooperativas de Produção Agropecuária
CCs: Cooperativas de Crédito e Serviço

não o modelo de produção camponesa, que poderia por si garantir a soberania alimentar com a produção de alimentos.

As CPAs surgiram na década de 1970 e são cooperativas de pequenos agricultores que utilizam de forma coletiva a terra, ferramentas, máquinas, animais, instalações, meios de transporte e instrumentos, desenvolvem quase sempre uma atividade principal geradora de renda, sendo com isso considerada pelo estado como uma forma superior de organização social, política e econômica dos camponeses, identificados com o socialismo.

As CPAs e a agricultura coletiva nos assentamentos de Sem-terra no Brasil foram adotadas pelo MST na década de 1980, como forma de manutenção dos assentados na terra e uma necessidade para o fortalecimento das lutas, sendo elas alternativas geradoras de renda para os assentados, esquivando-se da exploração e subordinação no contexto de produção de mercadorias, contribuindo assim para a conscientização política dos assentados, superando a consciência individualista e privatista entre os assentados.

Contudo as CPAs não apresentaram resultados satisfatórios como previa o MST, apresentando problemas de ordem externas e internas das cooperativas, tais como: o difícil acesso as terras de Reforma Agrária, á infraestrutura, financiamento, assistência técnica, o monopólio do território gerado pelas grandes corporações financeiras e industriais (agronegócio), as dificuldades de relacionamentos entre os camponeses, os prejuízos causados pelo uso e gestão relaxada e pouco zelo do patrimônio coletivo. Como podemos perceber em Cuba

[...] a pequena agricultura de base familiar não é considerada pelo Estado o modelo ideal para o desenvolvimento cubano, em vista dos limites políticos e técnicos que apresenta. O parâmetro da

agricultura, inclusive para a produção de autoconsumo (gêneros alimentícios), é a produção coletiva/cooperativa, como as UBPCs, CPAs e as fazendas estatais. O agricultor que trabalha com a família no lote é considerada um sujeito que possui uma mentalidade próxima do ideal burguês (individualista) (MARCOS, FABRINI, 2010, p.114)

São essas dificuldades estruturais relacionadas ao modo de produção capitalista, acerca da lógica empresarial que os sem-terra lutaram para sair, caracterizada pela divisão do trabalho, horários rígidos e tempo de trabalho norteado não somente pela produção necessária a garantia de existência do grupo familiar, mas também numa produção de mercadorias.

Contudo, o problema estrutural, ou seja, a questão agrária presente em cuba está justificada pelas dificuldades de acesso e controle dos meios de produção por parte dos camponeses, o baixo preço dos produtos dos camponeses, prioridade à agricultura cooperativa/coletiva. Tais dificuldades são vistas como sendo os principais obstáculos que limita à recriação e existência dos camponeses cubanos.

Em suma, a obra aqui esboçada apresenta os pontos negativos e positivos do sistema socialista implantado em Cuba, como forma de apreendermos os limites e perspectivas que este modelo apresenta em relação agricultura camponesa de base familiar, para que sucintamente as indagações acerca da produção coletiva possibilitem novas contribuições.